

Processo NUP/80231/2021/CMP

Porto, 09/01/2024

NUD/14429/2024/CMP

Titular do processo: Leonor Pulido Valente
Afonso

Requerente:

Resposta ao documento:

NUD/13858/2024/CMP

Sua referência:

Local da obra: Travessa da Arrábida, 374, 372,

Assunto: Declarar a extinção do pedido de prorrogação de prazo apresentado através do requerimento NUD/13858/2024/CMP

1. Descrição da pretensão

O presente pedido tem por fim um PIP, relativo a uma obra de alteração e ampliação para o prédio sito à Travessa da Arrábida, n.º 372 a 388, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

A operação urbanística em apreço reporta-se à viabilidade de alterar e ampliar o edifício existente, pretendendo um edifício de habitação coletiva (4 fogos), constituído por 3 pisos acima do solo.

2. Fase em que o processo se encontra

Pela análise do pedido apresentado, verifica-se que o requerente foi notificado da audiência relativa à intenção de emissão de parecer desfavorável face à fundamentação de facto e de direito constante no parecer desfavorável da DMAAU, uma vez que a proposta se encontra em desconformidade com o PDM e o RGEU.

Através do requerimento n.º NUD/13858/2024/CMP, o requerente apresentou um pedido de prorrogação de prazo para *“resposta ao vosso ofício por 30 dias para que nos possível analisar e alterar o projecto.”*

De acordo com o que de seguida se expõe no ponto 3., não será possível atender ao solicitado.

Mais se informa que da informação NUD/810074/2023/CMP relativa à audiência relativa à intenção de emissão de parecer desfavorável consta a indicação de que por forma a dar cumprimento aos números 3 e 5 do artigo 121.º do CPA, não serão aceites, no exercício do direito de audiência prévia, alterações aos projetos por forma a corrigir as desconformidades que conduziram à decisão desfavorável, devendo, nestes casos, ser apresentado um novo processo.

Assim, caso pretenda apresentar alterações ao projeto por forma a corrigir as desconformidades que conduziram à decisão desfavorável, deverá submeter um novo PIP.

3. Fundamento da intenção de declaração da extinção do procedimento

Constatando-se que em face ao previsto no n.º 5 do art.º 121º do CPA, não existe fundamento legal para a concessão da prorrogação de prazo solicitada em 09/01/2024, deverá ser declarada a extinção do procedimento nos termos do artigo 95º do CPA, por impossibilidade do requerido na forma apresentada.

4. Audiência prévia do interessado

Deverá ser dispensada a audiência prévia dos interessados por força do disposto no art.º 124º do CPA.

5. Conclusão

Verificando-se que deverá ser declarada a extinção do pedido de prorrogação de prazo apresentado através do requerimento n.º NUD/13858/2024/CMP nos termos do artigo 95º do CPA, por impossibilidade do requerido na forma apresentada, propõe-se:

- que a Diretora do DMGU **declare a extinção do procedimento.**

Assinado digitalmente por
MARTA LUÍSA DONAS
BOTTO MARTINS D'ALTE
Data: 2024.01.09 10:56:14
+00:00

O Gestor do Processo

Marta d'Alte, Arq.

CPA – Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro
CRMP – Código Regulamentar do Município do Porto
DMFOP – Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares
DMGU – Departamento Municipal de Gestão Urbanística